

# Índice

## CAPÍTULO 33

### RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS

1. Noções gerais.....	21
2. Coisas que podem ser apreendidas .....	23
3. Coisas que não podem ser apreendidas.....	24
4. Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento .....	25
5. Coisas que podem e que não podem ser restituídas. Instrumentos do crime .....	27
6. A apreensão na hipótese do art. 19 da LCP .....	29
7. Produtos diretos e indiretos do crime .....	29
8. Restituição feita pela Autoridade Policial.....	31
9. Restituição feita pelo Juiz criminal.....	32
10. Direito do terceiro de boa-fé.....	33
11. Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	34
12. Coisas adquiridas com os proventos do crime .....	34
13. Destino dos objetos apreendidos.....	37
14. Coisas apreendidas em face de contrabando ou descaminho .....	39
15. Destino das coisas apreendidas ou sequestradas, quando se tratar de tráfico de substâncias entorpecentes, de acordo com os arts. 60 a 64 da Lei n. 11.343, de 23-8-2006 (nova Lei de Tóxicos) ....	39

## CAPÍTULO 34

### DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS

1. Generalidades .....	45
------------------------	----

2. Medidas precautórias penais.....	46
3. Restituição, ressarcimento e reparação .....	47
4. O ofendido e as medidas assecuratórias.....	47
5. O sequestro .....	48
6. Embargos ao sequestro .....	51
7. Levantamento do sequestro.....	53
8. Sequestro de móveis .....	55
9. Sentença penal condenatória.....	56
10. Hipoteca legal .....	57
11. Pressupostos.....	58
12. Medida preventiva. O arresto do bem a ser hipotecado .....	61
13. Liquidação definitiva .....	62
14. Absolvição .....	63
15. Arresto de móveis .....	63
16. Bens fungíveis .....	66
17. Responsável civil .....	67

## CAPÍTULO 35

### DO INCIDENTE DE FALSIDADE

1. Origem da palavra <i>documento</i> .....	69
2. Razão de ser do incidente .....	70
3. Súmula do incidente .....	71
4. Procedimento .....	72
5. A remessa ao Ministério Público .....	73
6. Faz coisa julgada a decisão? .....	74
7. Legitimidade .....	74
8. O Juiz poderá suscitar? .....	75
9. O processo principal ficará suspenso? .....	76

## CAPÍTULO 36

### DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico.....	77
2. A antijuridicidade .....	78

3. A culpabilidade.....	79
4. A imputabilidade .....	80
5. A importância do exame .....	80
6. Critérios para se aferir a inimputabilidade.....	81
7. Os menores de 18 anos .....	82
8. Os amentais.....	82
9. A embriaguez.....	83
10. Critério biopsicológico .....	85
11. Comprovação da inimputabilidade.....	85
12. Oportunidade para o exame que comprove a insanidade .....	87
13. Legitimidade .....	88
14. Procedimento .....	88
15. Quesitos .....	90
16. A doença mental antes e depois da infração .....	91
17. Não vinculação do Juiz à perícia .....	92

## CAPÍTULO 37

### **DOS FATOS E ATOS PROCESSUAIS**

1. Noções gerais. Fato e ato processuais.....	93
2. Os atos processuais. Conceito.....	95
3. Critérios para a classificação .....	95
4. Atos das partes.....	96
5. Atos dos Juízes .....	98
6. Atos dos Auxiliares da Justiça .....	100
7. Atos de terceiros .....	100
8. Atos simples e complexos.....	101
9. Termos .....	101
10. Audiências .....	102
11. Sessões.....	104
12. Limites de lugar.....	105
13. Limites de forma.....	106
14. Limites de tempo .....	110
15. Prazo .....	111
16. Preclusão.....	113

17. Espécies de prazo.....	116
18. Contagem dos prazos .....	117
19. Fixação do <i>dies a quo</i> .....	120
20. Prazos contínuos e peremptórios .....	124

## CAPÍTULO 38

### DAS NULIDADES

1. Noções preliminares .....	128
2. Ato inexistente.....	130
3. Atos nulos e irregulares .....	132
4. O ato inexistente, o ato nulo e a coisa julgada.....	133
5. A nulidade .....	136
6. Não há nulidade sem prejuízo.....	137
7. Irrelevância do ato .....	137
8. Atos e formalidades essenciais .....	138
9. A classificação dos atos e das formalidades .....	143
10. A incompetência, suspeição e suborno do Juiz.....	143
11. Ilegitimidade de parte .....	145
12. A omissão da peça acusatória ou da representação.....	146
13. Ausência de corpo de delito.....	147
14. Ausência de Defensor e Curador .....	148
15. A falta de intervenção do Ministério Público .....	151
16. A falta de citação do réu, do seu interrogatório, quando presente, e dos prazos concedidos à Acusação e à Defesa .....	153
17. A falta de pronúncia, libelo, e entrega da respectiva cópia.....	159
18. A falta de intimação do réu para a sessão de julgamento, quando não puder ser julgado à revelia .....	160
19. A falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	160
20. A falta de <i>quorum</i> para a instalação da sessão do Júri.....	162
21. A falta de sorteio dos jurados do Conselho de Sentença em número legal e sua incomunicabilidade .....	163
22. A falta de quesitos e das respectivas respostas .....	164
23. A falta de acusação e defesa na sessão de julgamento.....	168
24. A falta de sentença.....	171

25. Ausência do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido .....	171
26. A falta de intimação, nas condições estabelecidas na lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso .....	172
27. A falta de <i>quorum</i> nos julgamentos levados a cabo pelo STF e Tribunais de Justiça .....	175
28. Nulidades absolutas e relativas no CPP .....	175
29. Momento para a arguição da nulidade .....	179
30. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?.....	181
31. Quem pode arguir a nulidade?.....	181
32. Modos de sanabilidade.....	182
33. Pode haver nulidade em inquérito?.....	183

### CAPÍTULO 39

## DA CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO

1. Considerações gerais.....	186
2. Conceito.....	186
3. Órgãos da citação.....	189
4. Vinculação à instância. Haverá necessidade de se proceder à citação na execução?.....	189
5. Quem pode ser citado .....	189
6. Citação de incapazes.....	190
7. A citação como garantia individual .....	190
8. Pode o réu ser cientificado da acusação antes da citação?.....	191
9. Consequências do não atendimento à citação .....	192
10. Efeitos da citação válida .....	193
11. Espécies de citação .....	193
12. Citação por mandado. Requisitos intrínsecos e extrínsecos.....	194
13. Citação por meio de carta precatória .....	195
14. Pode o réu ser ouvido no juízo deprecado? .....	197
15. Precatória por telegrama .....	201
16. É possível a precatória por telefone? .....	201
17. Citação do militar .....	201
18. Citação do funcionário público.....	202
19. Citação do preso .....	203

20. Réu que se encontra no estrangeiro. Como se procede à citação. A rogatória. Haverá necessidade de legalização consular? O art. 210 do CPC .....	204
21. Citação em legações estrangeiras.....	205
22. A carta de ordem .....	206
23. Citação (ou notificação) por edital.....	206
24. Citação ficta. Crítica .....	207
25. As hipóteses em que se permite a <i>citatio edictalis</i> .....	216
26. Se o réu não for encontrado.....	217
27. Quando o réu se oculta .....	218
28. Quando o lugar em que estiver o citando for inacessível.....	219
29. Quando incerta a pessoa do citando.....	219
30. Quando o réu se encontrar no estrangeiro, em lugar não sabido ...	220
31. Como se procede à citação por edital?.....	220
32. Revelia. Hipóteses. Consequências .....	222
33. Das notificações e intimações .....	224

## CAPÍTULO 40

### DA PROVA

1. Noções preliminares .....	231
2. Prova emprestada .....	236
3. Liberdade de prova .....	237
4. Ônus da prova .....	264
5. Apreciação das provas .....	269
6. Das perícias em geral.....	273
7. Realização da perícia .....	283
8. Necropsia .....	286
9. Exumação .....	288
10. Exame complementar.....	288
11. Exames dos escritos.....	291
12. Exames por precatória .....	293

## CAPÍTULO 41

### DO INTERROGATÓRIO

1. Noções gerais.....	295
-----------------------	-----

2. Necessidade .....	299
3. Oportunidade .....	303
4. Caracteres .....	303
5. Faculdade de não responder.....	304
6. Não participação da Defesa .....	307
7. Conteúdo.....	317
8. Corrêus .....	318
9. Oralidade .....	318
10. Acusado menor .....	319
11. Confissão .....	319
12. Força probatória da confissão .....	320
13. Divisão.....	322
14. Espontaneidade .....	323
15. Retratabilidade.....	324
16. Divisibilidade.....	324
17. Confissão ficta .....	325

## CAPÍTULO 42

### OFENDIDO E TESTEMUNHAS

1. Conceito de ofendido ou vítima.....	327
2. Ofendido e testemunhas. Sanções .....	329
3. O ofendido presta compromisso?.....	331
4. Valor probatório da palavra do ofendido.....	333
5. Conceito de testemunha .....	334
6. Fundamento da prova testemunhal.....	335
7. Valor probatório .....	335
8. Classificação .....	339
9. Caracteres do testemunho .....	341
10. Oralidade .....	342
11. Objetividade.....	343
12. Retrospectividade.....	343
13. Capacidade.....	343
14. Dever de depor.....	345

15. Exceções ao dever de depor.....	345
16. Subdeveres.....	351
17. Comparecimento.....	351
18. Exceções ao dever de comparecer.....	352
19. Sanções.....	354
20. Dever de prestar compromisso.....	357
21. Ausência de compromisso.....	358
22. Importância do compromisso.....	359
23. Providências que se tomam quando a testemunha depõe falsamente.....	363
24. Depoimento: verificação de identidade; verificação de possível vinculação com as partes; advertência e objeto concreto do depoimento.....	367
25. Número de testemunhas.....	370
26. Oportunidade para arrolar testemunhas.....	372
27. Contradita e arguição de defeito.....	373
28. Contradita.....	373
29. Arguição de defeito.....	374

## CAPÍTULO 43

### **RECONHECIMENTO, ACAREAÇÃO E DOCUMENTOS**

1. Do reconhecimento de pessoas e coisas.....	375
2. Procedimento.....	378
3. Reconhecimento de coisas.....	380
4. Da acareação.....	380
5. Procedimento.....	381
6. Qual o valor das acareações?.....	383
7. Dos documentos.....	384
8. Documentos em sentido estrito.....	385
9. Documentos e instrumentos. Instrumentos e papéis.....	386
10. Classificação dos documentos.....	388
11. Momento para a apresentação.....	391
12. Quais os documentos que podem ser apresentados?.....	392
13. Providência do Juiz.....	392

14. Autenticidade.....	393
15. Documentos em língua estrangeira.....	394
16. Desentranhamento.....	394
17. Dos indícios.....	395

#### CAPÍTULO 44

### DA BUSCA E APREENSÃO

1. Noção geral.....	403
2. Oportunidade.....	404
3. Iniciativa.....	404
4. Sujeito ativo.....	404
5. Sujeito passivo.....	405
6. Busca domiciliar.....	405
7. Inviolabilidade do domicílio.....	405
8. Noção de domicílio.....	408
9. Finalidade.....	409
10. Apreensão de cartas.....	409
11. A enumeração feita pelo § 1º do art. 240 do CPP é taxativa?.....	411
12. Condição de legitimidade.....	411
13. Necessidade de mandado.....	412
14. Quando se procede às buscas e apreensões domiciliares?.....	413
15. Como se procede às buscas domiciliares?.....	415
16. Busca sem mandado.....	415
17. Busca com mandado.....	417
18. Busca pessoal.....	419
19. Finalidade.....	420
20. Quem pode realizá-la?.....	420
21. Haverá necessidade de mandado?.....	421
22. Busca em mulher.....	422
23. A documentação.....	422
24. Poderá ser realizada a busca no escritório do Advogado?.....	422
25. E nas repartições públicas?.....	424
26. Apreensão em território sujeito a jurisdição alheia.....	425

## CAPÍTULO 45

### DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Conceito.....	427
2. Prisão-pena e prisão sem pena .....	428
3. A prisão-pena.....	428
4. As penas previstas no nosso Código Penal .....	432
5. A prisão-pena nas contravenções .....	438
6. Prisão na Lei de Imprensa.....	438
7. Prisão-albergue .....	439
8. Prisão sem pena .....	439
9. A prisão cautelar de natureza processual .....	441
10. Princípios constitucionais .....	443
11. Disposições gerais .....	446
12. A autoridade competente .....	447
13. A ordem escrita.....	449
14. Duplicata.....	452
15. Prisão realizada por mandado .....	453
16. Prisão solicitada por precatória.....	453
17. Prisão solicitada por telegrama .....	453
18. Prisão solicitada por telefone.....	454
19. Prisão em outra comarca.....	455
20. Custódia .....	455
21. Perseguição material .....	456
22. Realização da prisão por mandado .....	456
23. Momento para a realização da prisão.....	457
24. Inviolabilidade do domicílio .....	457
25. Uso da força.....	461
26. Prisão especial .....	465
27. Interpretação restritiva .....	473

## CAPÍTULO 46

### DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. Origem da palavra <i>flagrante</i> .....	479
2. Fundamento atual.....	480

3. Fundamento anterior .....	482
4. O flagrante no Direito anterior .....	485
5. Natureza jurídica.....	485
6. Sujeito ativo.....	488
7. Sujeito passivo .....	489
8. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e nas hipóteses de ação privada.....	492
9. Flagrante nas contravenções .....	494
10. Espécies de flagrante .....	495
11. Diferenças entre as modalidades de flagrante.....	498
12. Infrações permanentes e habituais .....	500
13. O auto de prisão em flagrante: formalidades, importância das formalidades, prazo para a lavratura do auto.....	502
14. A nota de culpa.....	511
15. Comunicação da prisão.....	512
16. Infração praticada em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções.....	513
17. Prisão efetuada fora do <i>locus delicti</i> .....	515
18. Concessão da liberdade provisória.....	516
19. Poderá a Autoridade Policial relaxar a prisão? .....	524
20. Flagrante preparado .....	525
21. Flagrante protelado .....	527
22. Flagrante forjado.....	527

#### CAPÍTULO 46-A

### DA PRISÃO TEMPORÁRIA

1. Introdução .....	529
2. Quem pode decretar a prisão temporária? Qual o seu prazo de duração? .....	531
3. Em que hipóteses se admite a prisão temporária? .....	532
4. Os requisitos da cautelaridade .....	533

#### CAPÍTULO 47

### DA PRISÃO PREVENTIVA

1. Noções gerais.....	537
-----------------------	-----

2. Espécies .....	539
3. Prisão preventiva compulsória .....	539
4. Prisão preventiva facultativa .....	543
5. Fundamento da prisão preventiva.....	545
6. Pressupostos.....	546
7. Autoridade para decretá-la.....	547
8. Circunstâncias que autorizam a preventiva segundo o CPP vigente	548
9. Momento para a decretação .....	559
10. Quem poderá requerer a medida? .....	563
11. As hipóteses legais.....	564
12. Fundamentação .....	566
13. Recursos.....	568
14. Proibição.....	570
15. Preventiva nas contravenções.....	571
16. Revogação.....	571

## CAPÍTULO 48

### **DA LIBERDADE PROVISÓRIA**

1. Generalidades .....	573
2. Sucedâneos da prisão provisória.....	579
3. A prisão domiciliar .....	582
4. A liberdade provisória com ou sem fiança.....	584
5. Conceito de liberdade provisória .....	584
6. Fundamento .....	585
7. Antecedentes.....	586
8. Liberdade provisória .....	587
9. A liberdade provisória sem fiança, mas vinculada.....	588
10. As hipóteses de liberdade provisória vinculada sem fiança .....	590
11. O art. 310 do CPP.....	590
12. O parágrafo único do art. 310 do CPP .....	591
13. Restrições legais .....	596
14. A conversão da liberdade sob fiança em liberdade sem fiança .....	597
15. Obrigações .....	599
16. Recurso .....	599

17. Réu pobre.....	599
18. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação.....	603
19. Conversão, nos termos do art. 310, parágrafo único.....	606
20. A pronúncia nos crimes afiançáveis.....	607
21. Liberdade provisória mediante fiança. As hipóteses legais.....	607
22. Conceito de fiança.....	626
23. Finalidade.....	627
24. É definitiva a fiança?.....	627
25. Momento para a prestação.....	628
26. Quem pode prestá-la?.....	629
27. As obrigações do afiançado.....	629
28. Limites da fiança.....	631
29. Extinção da fiança.....	637
30. Quebramento.....	637
31. Quem pode decretar o quebramento? Recurso.....	638
32. Consequências.....	639
33. Destino da fiança.....	639
34. Liberdade provisória, mesmo quebrada a fiança.....	639
35. Perdimento da fiança.....	640
36. Consequência.....	641
37. Recurso.....	641
38. Cassação da fiança.....	641
39. Consequência.....	642
40. Recurso.....	642
41. Fiança sem efeito.....	643
42. Reforço.....	643
43. Autoridade competente para julgar a fiança sem efeito.....	645
44. Absolvição.....	646
45. Extinção da punibilidade.....	646
46. Condenação.....	646
47. Execução.....	647
48. Abolição da fiança.....	647

## CAPÍTULO 49

Lei n. 7.210, de 11-7-1984, que institui a Lei de Execução Penal.....	651
---	-----

## APÊNDICE

Portaria n. 26, de 14-8-1990.....	697
BIBLIOGRAFIA.....	703